

DIALETOLOGIA E DIACRONIA

José Lemos Monteiro

1. Constitui um truísmo afirmar que as línguas, como fatos culturais, estão em constante evolução, não havendo pois nenhum sentido em se perguntar por que elas mudam, já que a mutabilidade é sua característica essencial.¹

Essa instabilidade natural parece ser um obstáculo à análise ou conhecimento integral das formas lingüísticas, a tal ponto que diversas disciplinas (a etimologia, a filologia etc.) tentam descrever estágios anteriores no sentido de recompor ou explicar elementos que se modificaram no decorrer do tempo, determinando as configurações mais recentes, resultados óbvios dos processos evolutivos.

Mas esta perspectiva, exatamente por ser histórica, acarreta alguns óbices à percepção histêmica da língua, redundando às vezes num mero casuísmo. Talvez por esse fato, Ferdinand de Saussure (1970)² firmou o princípio da sincronia como base para o método de descrição gramatical.

A partir daí, houve naturalmente um radicalismo que colocou em situação desprestigiada qualquer tentativa de explicação dos fatos

-
1. Um desenvolvimento dessa idéia pode ser visto em Eugenio Coseriu (1979:63 s) que, ao discutir a questão, raciocina que as mudanças ocorrem justamente porque as línguas não são entidades feitas e acabadas, mas sistemas abertos que se refazem continuamente pela atividade lingüística. Amado Alonso (1967:22 s) expressa a mesma opinião, ao dizer que mudar é essencial para a própria sobrevivência da língua. A evolução contínua é condição inseparável do funcionamento lingüístico.
 2. Como se sabe, a data da publicação do *Cours de linguistique générale* é 1916. Contudo, para todas as referências bibliográficas, neste nosso trabalho decidimos citar nos parênteses as datas das edições que consultamos.

lingüísticos por meio de dados ou pressupostos de ordem diacrônica.³ A descrição lingüística, afirmava peremptoriamente Saussure (1970: 102), interessam somente os fatos tais como eles se apresentam e são percebidos pela comunidade falante.

Ora, essa atitude radical, se de um lado é correta porque permite apreender a língua em seu funcionamento, por outro pode falsear a verdade histórica, desde que se observe de modo exclusivo o primado da consciência coletiva dos usuários.⁴

O que talvez seja mais sensato é buscar uma integração das duas perspectivas, de tal sorte que a sincronia respeite tanto quanto possível a verdade diacrônica, fornecendo em troca subsídios para a reconstituição da própria evolução lingüística.

De fato, compreende-se facilmente que a diacronia (eixo das sucessividades) é formada por uma multiplicidade de pontos correlacionados aos diversos estágios da língua. Daí, a possibilidade de que uma investigação de natureza sincrônica seja um fator de elucidação de fases anteriores perfeitamente entrelaçadas. A sincronia, sendo resultante de uma cadeia evolutiva, não apenas é capaz de ratificar o que há de historicamente comprovado como também se torna um método de reconstituir formas alteradas ou mesmo desaparecidas.

-
3. Com efeito, percebeu-se que o enfoque diacrônico muitas vezes parece perturbador para a descrição do sistema em uso numa comunidade. A evolução ocorre de tal modo, que freqüentemente ocasiona um descompasso ou falta de correspondência direta entre dados recentes e formas que se alteraram profundamente ou mesmo deixaram de existir. Para citarmos apenas um exemplo, lembremos com Mattoso Câmara Jr. (1970:4) o caso do verbo *comer*, já por nós comentado em outro trabalho (Monteiro, 1987: 29). Se fôssemos apelar para a etimologia, chegaríamos ao absurdo de dizer que este verbo não possui raiz, pois diacronicamente /com—/ é prefixo. *Comer* proveio de *comedere*, cujos elementos constitutivos eram /com/ + /ed/ + /e/ + /re/. A raiz /ed—/ desapareceu completamente na passagem para o português, em virtude da síncope do /d/ intervocálico e da crase posterior das vogais que se uniram. Por essa razão, hoje em dia a raiz de *comer* é o que anteriormente foi prefixo.
 4. Se, conforme o exemplo discutido na nota anterior, a interpretação diacrônica perturba a análise do sistema lingüístico considerado abstratamente num dado momento de sua evolução, também é necessário admitir que uma descrição rigidamente sincrônica entra em choque com a verdade dos fatos. Pensemos nos inúmeros casos de interferência da analogia ou da etimologia popular. Apelando para os testes de verificação da consciência coletiva, com certeza diremos que *ferrolho* é uma palavra cognata de *ferro* ou que o primeiro componente de *contra-dança* é o mesmo que aparece em *contradizer*, *contrapor*, *contrapartida* etc. quando, na realidade, *ferrolho* vem de *verruc(u)lu—* e o elemento *contra* (de *contra-dança*, cujo significado original é “dança rústica”) constitui alteração do inglês *country*.

É este o ângulo da questão que nos propomos discutir neste trabalho, destacando a importância das pesquisas dialetais que, além de necessárias ao conhecimento das variações lingüísticas nos níveis diatópico e diastrático, são da maior utilidade para o esclarecimento de problemas diacrônicos, solucionáveis a partir de vestígios devidamente submetidos a comparações e a outros métodos de interpretação lingüística.

Nosso propósito se restringe, pois, a demonstrar através de exemplos que, levando em conta ou desprezando a regularidade das leis fonéticas vigentes em determinadas condições, é possível reconstituir formas pretéritas pelo cotejo das variações existentes nos falares ou dialetos atuais.

2. Em linhas gerais, a idéia de que as pesquisas dialetais oferecem valiosos subsídios aos estudos diacrônicos se conjuga com o método histórico-comparativo adotado com relativo êxito para a reconstrução de formas em idiomas já extintos. Tal método foi praticado intensamente para o latim vulgar, após a descoberta do parentesco entre as línguas românicas, e até mesmo para o indo-europeu, tronco de que derivam numerosas línguas, entre as quais o grego, o sânscrito, o latim etc.

Apreciemos um exemplo bastante ilustrativo colhido em Tagliavini (1952:174):

Existe em francês o vacábulo *charogne* que significa *carniça*, associado logicamente ao espanhol *carroña* e ao italiano *carogna*. Não há, contudo, nenhum documento que ateste a origem comum dessas palavras no latim vulgar. Ora, como a semelhança fonológica entre *charogne*, *carroña* e *carogna* é mais do que evidente, pode-se tentar reconstituir o étimo mediante a aplicação das leis fonéticas vigentes na transformação do latim em línguas românicas. Como se sabe, o fonema latino /k/ inicial persistiu em espanhol, italiano (e português), palatalizando-se porém em francês, segundo se observa nos seguintes exemplos:

<i>Latim</i>	<i>Espanhol</i>	<i>Italiano</i>	<i>Português</i>	<i>Francês</i>
causa—	cosa	cosa	coisa	chose
capillu—	cabello	capello	cabelo	cheveu
cane—	can	cane	cão	chien
carne—	carne	carne	carne	chair
caballu—	caballo	cavallo	cavalo	cheval

Por outro lado, as palavras que no latim terminam por *—nia* findam em francês por *—gne*, no espanhol por *—ña* e no italiano por

—*gna*, o que corresponde às grafias portuguesas —*nha* ou —*nia*, como em:

<i>Latim</i>	<i>Espanhol</i>	<i>Italiano</i>	<i>Português</i>	<i>Francês</i>
Hispania	España	Spagna	Espanha	Espagne

Tomando estes e outros dados, deduz-se facilmente a forma latina **caronia*:

<i>Latim</i>	<i>Espanhol</i>	<i>Italiano</i>	<i>Provençal</i>	<i>Francês</i>
* <i>caronia</i>	carroña	carogna	caronha	charogne

A palavra latina seria derivada de *caro*, —*nis*, do mesmo jeito de *flamonium* em relação a *flamen*, —*inis*. Para o português, em vez de **caronha*, firmou-se *carniça*, onde praticamente só houve permuta de sufixo. A vinculação semântica seria um fator adicional a comprovar que a forma hipotética realmente existiu.

O método tem tanta consistência que, não raras vezes, certos étimos propostos sem uma análise comparativa tiveram que ser substituídos por formas reconstruídas que atendessem às exigências da regularidade de aplicação das leis fonéticas.

Foi o que ocorreu com o vocábulo latino *anxia*,⁵ cuja existência se pressupôs mediante a comparação dos seguintes dados:

sardo	— <i>ansa</i>
italiano	— <i>ansia</i>
ít. antigo	— <i>ainse</i>
prov. ant.	— <i>aisa</i>
espanhol	— <i>ansia</i>
português	— <i>ânsia</i>
atalão	— <i>ànsia</i>

O método comparativo pôde demonstrar que tais palavras não derivam de *angor*, segundo anteriormente se dizia. E, para dar-lhe maior credibilidade, o latim *anxia* terminou por ser atestado uma vez. Contudo, mesmo que tal não tivesse ocorrido, a reconstrução continuaria a ser um recurso válido e, por vezes, o único possível já que, como observa B. E. Vidos (1973:23), o repertório do latim jamais seria por nós conhecido em sua totalidade através dos registros em textos e glosários.

Vejamos outro exemplo ilustrativo:

5. Este exemplo e mais dois que se lhe seguem (**acutiare* e **abantiare*) foram retirados de B. E. Vidos (1973:23-33).

O particípio latino *acutus* (de *acuere*), sem dificuldade, deve ter produzido o verbo **acutiare*. Encontra-se documentada desde o século III a forma *acutare*, havendo também o registro de *acutiator*, onde se nota a presença da sílaba *ti*, necessária à explicação dos verbos mencionados abaixo:

italiano	—	<i>aguzzare</i>
francês	—	<i>aiguiser</i>
prov. ant.	—	<i>aguzar</i>
espanhol	—	<i>aguzar</i>
catalão	—	<i>aguar</i>
português	—	<i>aguçar</i>

Um caso igual ao de **acutiare* diz respeito ao étimo de *avançar*, que tem correspondentes no francês *avancer*, italiano *avanzare* e provençal *avansar*. Por causa da sibilante, é imprescindível supor o latim vulgar **abantiare* como antecedente comum, já que o fr. *avant* daria *avanter*, do it. *avanti* derivaria *avantiare* e de *avante* com certeza teríamos *avantar*.

Vê-se, pois, que o método histórico-comparativo constitui um poderoso instrumento para a interpretação da origem, evolução e desaparecimento das palavras. Sua aplicação foi tão vasta que, pela estimativa de Tagliavini (1952:175), nada menos que 10% dos étimos propostos por Meyer-Lübke em seu *Dicionário etimológico das línguas românicas* são formas procedidas de asterisco.

É oportuno insistir em que a eficácia do método muitas vezes foi corroborada pela existência real de formas reconstruídas, que acabaram sendo encontradas em inscrições ou em outras fontes. Ainda lembramos a propósito que o étimo do adjetivo *vadio* esteve, durante algum tempo, marcado por um asterisco, mas depois foi confirmado documentalmente. Pelo método comparativo, foi fácil tirar *vadio* de *vagativu*, bastando para tanto o modelo evolutivo de *sanativu*, que deu *sadio*.

Agora, desde que julgamos fundamentado o trabalho de confrontação de dados, cumpre-nos dimensionar a contribuição das pesquisas dialetais para os estudos diacrônicos, a partir da evidência de que os elementos sincrônicos de uma língua conseguem esclarecer fenômenos pertinentes a estágios anteriores dessa mesma língua.⁶

6. Parafraseamos Renato Mendonça (1936:31), que assim se expressa: "Realmente, a dialetologia oferece ao observador a língua em evolução, a matéria viva, cujo mecanismo ele pode surpreender, cujas alterações pode acompanhar. /.../ E esta língua viva elucida muitas vezes a compreensão de certos fenômenos da língua, por assim dizer, morta, fixada no idioma literário".

Aliás, a percepção desta evidência não é algo recente. Já em fins do século passado, Graziadio Ascoli, a quem a dialetologia românica deve suas bases científicas, havia reconhecido que a observação direta dos fenômenos lingüísticos, aplicada sobre uma língua viva, é de grande utilidade para a descrição de estágios anteriores da língua, enquanto nem sempre o contrário seja verdadeiro, isto é, o estudo das fases remotas de uma língua não facilita necessariamente a nítida compreensão de seus momentos mais recentes (Tagliavini, 1952:13).

As pesquisas dialetais, surpreendendo nos falares formas que desapareceram da língua padrão, por vezes em regiões totalmente afastadas, esclarecem até mesmo certos equívocos ou interpretações outrora consideradas corretas.

Foi, por exemplo, o que sucedeu com a regra de que as vogais breves /e/ e /o/ do latim vulgar se ditongavam nas línguas românicas,⁷ excetuando-se o português. Esta suposta lei, formulada por Frederico Diez, partiu de comparações como as seguintes:

Latim	Francês	Espanhol	Italiano	Português
pede—	ped	pie	piede	pé
petra—	pierre	piedra	pietra	pedra
celu—	ciel	cielo	cielo	céu

Ora, os estudos dialetais vieram demonstrar que a ditongação não se processou com a amplitude preconizada por Diez. Em todo o domínio gascão e provençal, em grande parte da Itália e península ibérica, o fenômeno não foi observado, o que veio revogar as deduções até então aceitas pela filologia românica.

Assim sendo, com os dados coligidos pela geografia lingüística, a infalibilidade das chamadas leis fonéticas ficou seriamente abalada.⁸ O avanço principal nesse sentido foi o da compreensão de que a mudança fonética não se processa numa única direção, sujeitando-se ao invés a vários fatores que a tornam extremamente relativa. Entre esses

7. A regra aqui está exposta de modo bastante simplificado. Na realidade, em francês não foi qualquer /e/ tônico do latim vulgar que se ditongou. Se, de um lado, *mél*, *fiel* e *celu* passaram no francês a *miel*, *fiel* e *ciel*. de outro, *testa*, *ferru* e *septe* deram respectivamente *tête*, *fer* e *sept*. Por isso, assinala B. E. Vidos (1973:34), o e tônico do latim vulgar passou em francês a *ie* somente em sílaba não travada.

8. Os seguidores da geografia lingüística insistem em que cada palavra tem sua própria história. Por isso, Karl Jaberg (1959:20) considera pura abstração qualquer lei que afirme que um dado fonema latino se mantém inalterado ou se transforma num fonema novo sob certas condições e num determinado lugar.

fatores que restringem a aplicabilidade de uma lei fonética devem ser citados a situação geográfica, o tempo em que a mudança ocorre, as classes sociais etc. Para ilustrar com um fato da diacronia românica, verifiquemos a transformação dos grupos consonânticos latinos /pl/ e /kl/, que deram /s/ no português, /py/ e /ky/ no italiano, /l/ no espanhol,⁹ mas se mantiveram intactos no francês:

Latim	Português	Italiano	Espanhol	Francês
clave—	chave	chiave	llave	clé
pluvia—	chuva	pióggia	lluvia	pluie
plenu—	cheio	pieno	lleno	plein
planu—	chão	piano	llano	plan

Ora, em português, os grupos /pl/ e /kl/ também geraram /pr/ e /kr/, como em *plaga* > *praia* e *clavu* > *cravu*, fenômeno explicável pela relatividade das leis fonéticas, ou seja, muitos termos apresentam uma evolução diferente por terem sido formados num tempo diverso do da vigência de uma dada lei ou então constituem empréstimos de outros falares.

É nesse ponto, repetimos, que os estudos de geografia lingüística assumem uma importância decisiva, desde que conseguem explicar, sem usar o argumento da ação da analogia, as aparentes discordâncias a uma determinada lei fonética.

Mattoso Câmara Jr. (1977:249) nos dá um exemplo elucidativo a respeito da palavra italiana *coscia* (coxa) que só poderia ser *cossa*, uma vez que o —sc— em latim produz —ss— em italiano. A geografia lingüística veio esclarecer que o termo *coscia* é um regionalismo toscano relativamente recente, em que houve influência francesa. A língua literária, ao adotá-lo, desprezou a forma normal *cossa*, que subsiste nos demais falares da península.

Os atlas lingüísticos permitem a demarcação mais ou menos precisa das linhas isoglóssicas, caracterizadas por traços de conservação ou de inovação, em que a ocorrência de vestígios ou indícios muito contribui para o estudo de fatos diacrônicos.

Examinando-se, por exemplo, o domínio lingüístico italiano, notam-se claras diferenças entre os limites meridional e setentrional. Percebe-se aí que o limite meridional foi traçado a partir de uma série de constatações, entre as quais destacamos a sonorização do /k/ em /g/ (*ortiga*, “ortica”), a apócope do /e/ (*sal*, “sale”), a permuta do

9. Pela distribuição geográfica, esta evolução atinge sua maior amplitude no noroeste da península ibérica; no leste se produz com menor intensidade (Baldinger, 1962:36).

/p/ em /v/ (*cavei*, "capelli") e a redução das geminadas (*spala*, "spalla").

É, pois, através das cartas fonéticas ou lexicográficas que se visualizam bem todas as interferências e se traçam os limites de aplicação de uma lei. Fenômenos curiosos podem ser detectados e interpretados por meio de uma simples verificação das zonas em que se encontram registrados. Neste sentido, nota-se que as áreas de conservação são geralmente isoladas por montanhas ou rios, enquanto as de maior inovação são as planícies, de acesso muito mais fácil e rápido. Se nos detivermos um pouco na leitura dos atlas lingüísticos, logo constataremos este fato.

Observemos, para ilustrar, a palatalização do /k/ latino em francês. As cartas do Atlas Lingüístico da França evidenciam que, enquanto o /k/ latino se palatalizou em grande parte do território francês (Cf. os itens lexicais *chandelle*, *chanter*, *champ* e *chambre* ou a série *chausser*, *chauffer*, *chaud* e *chaudière*),¹⁰ nas regiões montanhosas (nos Pirineus, por exemplo) o /k/ se manteve inalterado. Algo semelhante se deu com a transformação do /e/ latino no ditongo /wa/ (Cf. *étoile*, *toile*, *mois*) pois, conforme se percebe na leitura da carta correspondente, algumas zonas do norte da França resistiram à ditongação. Ou ainda com a prótese de uma vogal de apoio, que acabou substituindo o /s/ impuro do latim (Cf. *échelle*, *écuelle*, *écrire* e *école*) que apesar disso, deixou de ocorrer em certas regiões marginais.

Mas os atlas lingüísticos contribuem também para a solução de problemas em que a quebra da regularidade da ação das leis fonéticas se deve a fatores de ordem diastrática. Veja-se, a título de ilustração, o caso da palavra francesa *soif*. Como seria possível que o /t/ latino de *site* se transformasse em /f/?¹¹ Ora, verificando-se a distribuição da ocorrência de *soif* no território gaulês, evidencia-se que o surgimento do /f/, talvez por motivos expressivos, foi uma inovação do centro da França. Há, porém, pontos isolados fora dessa zona demarcada no mapa que reproduzem também o fonema /f/, constituindo-se assim um empréstimo vertical, em decorrência do prestígio desfrutado pelo ambiente sócio-geográfico em que se deu a alteração. Não se trata, pois, de um empréstimo horizontal (diatópico), mas de uma influência da dimensão diastrática, fenômeno mais sociológico do que propriamente dialetal.

10. Para uma leitura mais demorada das cartas a que nos referimos veja-se, entre inúmeros trabalhos publicados, o ensaio de Karl Jaberg (1959) sobre o Atlas Lingüístico da França.

11. Das hipóteses engendradas, a mais provável para Karl Jaberg (1959: 26) é a que postula uma raiz com *-f* final, *f* que desaparece antes do *-s* desinencial (Cf. *noif* — *nois* 'neve'; *clef* — *cles* 'chave'; *boeuf* — *boeus* 'boi'; etc.). Por analogia com *nois* — *noif* e semelhantes se formou *soif* a partir de *sois*.

Por outro lado, não são apenas os problemas de evolução fonética que os atlas lingüísticos conseguem explicar. A ajuda na compreensão de fenômenos morfológicos e semânticos é igualmente imprescindível. Karl Jaberg (1936), analisando algumas cartas do Atlas Lingüístico da França e do Atlas Lingüístico da Itália e da Suíça meridional, tirou conclusões bastante convincentes a respeito da polissemia e da diversificação morfológica. Para dar um só exemplo, na carta FLOREM, a distribuição geográfica, que mostra as zonas de inovação onde o grupo consonantal /fl/ evoluiu, assinala também a variação do gênero e as diferenciações semânticas que funcionam como causa da manutenção ou alteração das formas.

Vemos, então, que a coleta de vocábulos em áreas marginais e o contacto direto com a superposição de estratos dão condições ao investigador de auferir conclusões válidas sobre a história das palavras. Trata-se, em verdade, de um método idêntico ao que utiliza o geólogo que reconstrói a vida passada mediante a observação dos fósseis. Às vezes, com um simples osso se explica todo um longo processo de evolução animal. De modo análogo, um arcaísmo encontrado numa região isolada se torna um precioso instrumento de elucidação de fatos lingüísticos que já deixaram de existir. É como se, retomando peça por peça, se recompusesse o destino de uma dada palavra.

Comentemos a propósito a genealogia dos termos e expressões francesas que significam "abelha". De acordo com as conclusões do Atlas Lingüístico da França,¹² há no território lingüístico galo-românico as seguintes denominações para o inseto:

- a) *a*, *e(s)* — em zonas marginais inteiramente separadas;
- b) *abeille* — ao sul do rio Loire até os Pirineus e o Mediterrâneo, e dos Alpes até o Ródano;
- c) *avette* — no oeste;
- d) *échette* — em pequena faixa territorial do leste;
- e) *mouche* — do centro em direção ao norte;
- f) *essaim* — em pequena faixa do norte.

Todas essas denominações servem como dados das tentativas de substituição das formas originárias do latim *apis*. Este, como parece evidente, é a base dos monossílabos, *a*, *e*, *es* e do diminutivo *essette*. Isto significa que, em todo o território galo-românico, a palavra originária para "abelha" foi o latim *apis*, já que seria pouco provável que, ao tempo da romanização da Gália, tal vocábulo (ainda presente hoje

12. A análise feita por Gilliéron, em *Généalogie des mots qui désignent l'abeille d'après l'Atlas Linguistique de la France*, é apresentada e discutida em B. E. Vidos (1973:43 s).

nas formas *a*, *e* e *es*) haja sido introduzido exclusivamente em longínquas zonas marginais separadas entre si e em nenhum outro lugar.

Conforme assinala Albert Dauzat (1921:IX), a mesma forma encontrada em pontos separados sugere a existência de uma área anterior homogênea, a menos que tivesse havido, nas diversas localidades consideradas, um motivo suficientemente capaz de explicar uma formação autônoma e espontânea.

Por conseguinte, a localização atual das formas *a*, *e* e *es* em zonas inteiramente distantes, no leste, no norte e no oeste da França constitui um indício claro de que *apis* circulou em todo o território gaulês. Esta inferência foi reforçada pela constatação posterior, em textos do francês antigo, dos monossílabos *ef* e *és*, usados em regiões onde hoje se diz *mouche à miel*.

Gilliéron, após ter comprovado que, em toda a França, originariamente existiram formas derivadas de *apis*, tentou esclarecer por que tais formas foram vencidas por outras e, em princípio, se baseou nos efeitos da homonímia.¹³ A substituição por *abeille* resultou de fatores múltiplos, os quais podem ser interpretados mediante a análise de vestígios descobertos pelas pesquisas dialetais.

Cumprе ressaltar que tais estudos não dispensam ou invalidam as especulações diacrônicas realizadas pelo método histórico-comparativo. Antes, pelo contrário, os dois tipos de exploração lingüística podem completar-se. Assim sendo, é lícito admitir que a forma *abeille* não proveio diretamente do latim *apicula*, de que resultaria normalmente **aveille*. A passagem do /p/ latino intervocálico para /b/ foi um fenômeno regular em provençal, mas não em francês, em que o /p/ nas mesmas circunstâncias se transformava em /v/. Logo, a forma *abeille* constitui um empréstimo do provençal.

Em certos casos, porém, as pesquisas dialetais podem invalidar hipóteses geradas pelo método comparativo. Já exemplificamos o fato com a regra da ditongação das vogais breves /e/ e /o/, que teve de ser reformulada em face da manutenção das referidas vogais em diversas áreas geográficas que estiveram sob a dominação romana. Outro exemplo que aqui lembramos é o da palavra francesa *poisson* (peixe), tida por algum tempo como resultante da forma hipotética **piscione*—, uma vez que o latim *piscis* não poderia explicar a terminação *—on* (de *poisson*). Ora, como ainda hoje vige em alguns falares franceses o vo-

13. Aliás, outras análises feitas por Gilliéron e M. Roques (1912) pressupõem a existência da homonímia como o fator responsável para que uma dada forma se altere ou desapareça. Leia-se, neste sentido, a interpretação dada à carta TRAIRES: MULGERE et MOLERE. *Mulgere* desapareceu na maior parte do território gaulês por causa da homonímia fonética: *mulgere* > *moudre*; *molere* > *moudre*.

cábulo *pois*, esta hipótese deixa de ter sentido e se torna bem mais provável que *poisson* derive de *pois*, na própria língua francesa.

Mas já é hora de nos determos um pouco nas possibilidades que a situação atual dos falares brasileiros pode abrir para uma melhor compreensão do português da época em que o Brasil foi colonizado.

Com efeito, a maioria dos estudiosos de nossa dialetologia tem destacado o caráter arcaizante do português brasileiro, principalmente em suas normas incultas ou nos subfalares rústicos. Gladstone Chaves de Melo (1981:91), interpretando o fato, assinala que a nossa língua popular é substancialmente o português arcaico¹⁴ transformado em certos aspectos pela atuação dos índios e dos negros. Tudo decorreu do modelo de colonização imposto pela monarquia portuguesa, cujas conseqüências estão ressaltadas nas seguintes palavras de Celso Cunha (1986:202):

Tendo vivido mais de trezentos anos sem contacto com outros povos, sem imprensa, sem núcleos culturais de importância, com um número exíguo de escolas, a América Lusitana foi alcançando nesse largo período algumas das etapas que levam os povos aos estados lingüísticos paralisantes. Esse imobilismo cultural e, conseqüentemente, idiomático é ainda muito sensível nas regiões interioranas, onde continuam a existir populações marginalizadas dos próprios acontecimentos históricos.

É natural que só o isolamento das cidades e vilarejos, em razão das longas distâncias e do acesso difícil, teria ocasionado que a língua portuguesa se mantivesse aí praticamente com a mesma feição dos séculos em que foi transplantada. Sendo assim, numerosos termos, obsoletos em Portugal, estão em plena vitalidade em localidades do interior ou até do litoral brasileiro. Gladstone Chaves de Melo (1981) enumerou uma série deles: *alifante, Anrique, depois, enveja, malino, rezão, lua, amenhã, quaje, cramor, inzemplo, entonces, sujigar, fruita, ciloura* etc. Mário Marroquim (1945) registrou igualmente afora outros exemplos, o artigo e o pronome *lo* com suas combinações populares *pulo* (alteração do arcaico *polo*), *cadelo, mai lo, mai la* etc. Amadeu Amaral (1981) coletou também vários arcaísmos: *agardecê, correição, cresçudo, escuitá, estâmego, manteúdo, reposta, saluço, sú-pito, contia* etc.

14. Entenda-se porém, que há certo exagero em caracterizar os fenômenos de conservação nos falares brasileiros como vestígios do português arcaico. Conforme raciocina Celso Cunha (1986:207), os vulgarismos descendentes de arcaísmos do século XV são todas formas vivas do português quinhentista e, em grande parte, de épocas posteriores.

Aliás, não podemos deixar de transcrever um trecho de Amadeu Amaral (1981:55) que resume bem todo o objetivo deste nosso trabalho:

Uma vez reconhecido que o fundo do dialeto representa um estado atrasado do português, e que sobre esse fundo se vieram sucessivamente entretecendo os produtos de uma evolução divergente, o seu acurado exame pode auxiliar a explicação de certos fatos ainda mal elucidados da fonologia, da morfologia e da sintaxe histórica da língua. Por exemplo: a pronúncia clara de *e* e *o* átonos finais comprova o fato de que o ensurdecimento dessas vozes só começou em época relativamente próxima, pois, de outro modo não se compreenderia por que o caipira analfabeto pronuncia *lado, verdade*, quando os portugueses pronunciam *ladu, verdad'*.

É verdade que, em muitos casos, os fenômenos de conservação evidenciados pelas pesquisas dos falares brasileiros se encontram atestados em documentos de toda espécie ou em textos literários. A maioria dos plebeísmos vigentes nos falares rústicos está testemunhada em Gil Vicente, Camões, Sá de Miranda e em outros escritores. Por isso, torna-se exigente confrontar os dados orais da atualidade com os escritos há tempos passados.

Entre os estudiosos de nossa dialetologia, Florival Seraine (1942: 104 s) foi um dos que operaram neste sentido, cotejando as formas populares atuais com as literárias dos séculos XV em diante. Em Sá de Miranda anotou a frequência de: *arriba, negoceia, amostrar, tenção, malino, abasta, ajuntar, alevantar*, etc. Em Gil Vicente: *rezão, fermoso, semos, bautizado, dixé, estemos, entonces, fruita* etc. Em Bernadim Ribeiro: *treição, assoprada, sustancia* etc. Em Antônio Ferreira: *sembrante, trouve, fermosura* etc. Em Camões: *despois, alimpam, alijante, Anrique* etc. etc.

Muitos desses vocábulos podem mesmo ser localizados nos primeiros textos escritos em português. Leia-se, a propósito, o seguinte comentário de Florival Seraine (1942:108):

As grafias HUA, UA, ALGUA, que correspondem à pronúncia habitual do cearense, são encontradas nos clássicos, e se remontarmos a obras mais antigas ainda, da era medieval, observaremos que surgiram com os primórdios da literatura portuguesa.

Não obstante, convém salientar que algumas dessas formas persistiram em séculos posteriores ao do descobrimento do Brasil, aparecendo amiúde em documentos dos séculos XVII e XVIII. As datações são importantes como indícios de períodos em que certas mudanças ainda não tinham ocorrido.

Vejam, a título de ilustração, um pequeno apanhado do estudo feito por Florival Seraine (1970) sobre a *Relação do Maranhão*, do Padre Luís Figueira, e o falar cearense atual. O texto analisado é um manuscrito datado de 1608, cujo original foi entregue ao Barão de Studart, historiador cearense, por ordem do Superior Geral da Companhia de Jesus.

Neste documento, há evidências de hábitos lingüísticos que evoluíram em Portugal e se mantiveram inalterados no falar cearense, pelo menos em sua modalidade rústica. Entre os fatos observados, o texto apresenta a conservação do ditongo /uy/, hoje reduzido a /u/ na norma culta (*fruta, fruitazinha, fruto*), a redução do ditongo /ey/ (*chea, aldeia, mea, candea* etc.) e do ditongo crescente /wa/ (*coresma* em vez de *quaresma*), a permuta do /l/ por /r/ em grupos consonânticos (*frecha, prantar*) etc. etc.

O que se observa no falar rústico atual é a comprovação de que as mudanças fonéticas se desenvolvem em estágios que normalmente deixam resíduos. É fácil conceber que o latim *fructu*, antes de transformar-se em *fruto*, passou pela fase intermediária *fruito*. Mesmo que não houvesse nenhum documento desta última forma, a sua conservação na linguagem rústica seria o atestado seguro de sua existência anterior.

Deste modo, abstraindo-se ou não as fontes documentais, é viável admitir inferências baseadas nas investigações dialetais, desde que as interpretações sejam realizadas com a devida cautela.

Com efeito, é possível que a pronúncia atual de um dado vocábulo não expresse um fenômeno de conservação, mas resulte de um "modo fônico"¹⁵ presente ainda na comunidade. Sabemos, por exemplo, que é comum no linguajar rústico a permuta do /l/ por /r/ nos grupos consonânticos. Como então decidir se as formas sujeitas a esta alteração são vestígios de estágios anteriores ou constituem inovação?

Esta pergunta mereceu de Amadeu Amaral (1981:57-8) o seguinte comentário:

É natural que, diante de certas formas apontadas como arcaicas (*ermão, somana*), haja dúvida se de fato se trata de arcaísmo, se de mera coincidência. Num e noutro caso, esta última hipótese será talvez a mais aceitável: por exem-

15. Adotamos aqui a expressão usada por Eugenio Coseriu (1979:82) para o entendimento das mudanças fonéticas.

...plo, se o nosso povo pronuncia *cravo*, *frôr*, não se deve ter pressa em ligar essas formas, historicamente, às idênticas que se encontram em velhos documentos da língua; pois que tais formas, antes de mais nada, obedecem a uma lei da fonética local, a permutação do *l* subjuntivo por *r*. Mas, *ermão*, *somana* etc. só se podem explicar como formas recebidas dos colonizadores, pois, além de se encontrarem em escritores antigos, se confirmam por outros fatos análogos da língua, ao passo que mal se acomodam às regras que atuam na alteração dialetal dos vocábulos.

...Cremos, porém, que qualquer solução apresentada, principalmente porque os estudos de nossos falares estão numa fase incipiente, tem sempre um caráter provisório. Há muito a se pesquisar e descobrir. Há inúmeros fatos intrigantes cujas interpretações oferecidas podem ser objeto de revisão.

...O fenômeno da iotização é um deles. Interpreta Martinz de Aguiar (1937: 294) que a vocalização do fonema palatal /ñ/, ocorrente nos falares populares do Ceará, representa um retrocesso às formas primitivas. Desta maneira, o verbo latino *teneo*, antes de transformar-se em *tenho*, passou por *teio*, e é esta última a pronúncia que subsiste no nordeste brasileiro. Ou seja, a palatalização do /n/ deve ter sido precedida de uma ditongação.

...A ser assim, raciocinamos que a passagem da palatal /ɲ/ a /y/ pode ter tido um destino análogo. De *muliere* para *mulher* teria existido a fase intermediária *muyé*, forma bastante disseminada nas normas incultas do Brasil.

...Talvez a consulta aos nossos atlas lingüísticos regionais pudesse contribuir para uma compreensão mais clara do fenômeno. Observando, por exemplo, a distribuição do ieísmo na Paraíba com base na carta *orvalho*, verificamos que, de treze realizações fonéticas, sete mantêm o ieísmo. Em Minas Gerais, de quinze variações do mesmo item lexical, o ieísmo foi comprovado em apenas cinco. De um total de 61 pontos marcados no mapa do Estado de Minas Gerais, somente em 10 se constatou o fenômeno, indício evidente de que o ieísmo não constitui traço geral da linguagem popular brasileira, podendo muito bem existir entre nós como um vestígio de pronúncias regionais portuguesas para cá transplantadas ao tempo da colonização. A hipótese encontra apoio na comprovação de que o ieísmo é um fato românico bastante difundido, sendo pois difícil de aceitar a interferência do superestrato, como querem entender alguns de nossos filólogos.

...Pretendemos, no entanto, deixar claro que não temos nenhuma segurança quanto a qualquer explicação para o problema e confiamos em que as pesquisas dialetais consigam resolvê-lo definitivamente.

Em se tratando de reconstituição de pronúncias, temos que apelar forçosamente para a análise dos falares populares, uma vez que, como assevera Hart Jr. (1959:261), nossas gramáticas e ortografias de épocas passadas são insuficientes para a reconstrução de estágios anteriores do desenvolvimento da pronúncia portuguesa. Hart Jr. acrescenta que as mais importantes fontes para esse objetivo são os modernos dialetos, não só os de Portugal mas também os do Brasil e de Açores, além das várias formas do crioulo português falado em regiões da Ásia e da África. Adiante (p. 270), o mesmo autor se refere ao quadro atual de nossas investigações, afirmando ser inviável, pelos dados de que dispomos no momento, determinar com precisão a extensão com que o português brasileiro reflete a linguagem dos séculos XVI e XVII. E insiste em que, só através de cuidadosos exames da distribuição geográfica, é possível saber que traços específicos dos falares brasileiros são inovações locais ou reflexos de antigas pronúncias.

Alguma coisa neste sentido já foi feita. Lembremos a propósito os trabalhos de I. S. Révah (1958 e 1959) que tratam da evolução da pronúncia portuguesa e da reconstituição do sistema fonético dos falares portugueses dos séculos XVI e XVII, através de dados fornecidos pela dialetologia brasileira.

As conclusões de Révah se baseiam em certas pronúncias presentes nos falares brasileiros e confrontadas com o testemunho dos gramáticos e ortógrafos da época de nossa colonização. Révah (1959:281) divisa então duas categorias para as suas conclusões: a) os dados brasileiros confirmam a existência, no português padrão dos séculos XVI e XVII, de pronúncias hoje desaparecidas ou restritas aos falares regionais ou populares; b) os dados brasileiros revelam ou confirmam a existência de certas pronúncias nos falares regionais de Portugal, durante os séculos XVI e XVII.

Alinhemos os fatos que nos parecem mais significativos, seguindo a leitura do estudo de Révah:

a) No falar caipira, as vogais postônicas /e/ e /o/ são ainda pronunciadas como fechadas, o que seguramente foi a pronúncia portuguesa do século XVI, como se comprova na gramática de Fernão de Oliveira;¹⁶

16. Note-se, todavia, que G. Hammarstrom (Hart Jr., 1955:408) defende a hipótese de que no século XVI o /e/ final já era pronunciado como /i/. Seu raciocínio se baseia na distribuição geográfica desta pronúncia no Algarve, em localidades situadas em zonas diferentes. Eis o comentário de Hart Jr. (1955:409): Desde que o —e final se pronuncia como /i/ em outras regiões do mundo português, inteiramente distanciadas entre si, por exemplo, em Madeira, nos Açores, em grande parte do Brasil e mesmo em Portugal, pode-se concluir que esta pronúncia foi a de todo o domínio da língua portuguesa.

b) O /e/ pretônico, fechado na pronúncia brasileira, representa a antiga pronúncia portuguesa, ainda viva na primeira metade do século XVIII, segundo se evidencia pelos escritos de Jerônimo Contador de Argote (1725) e Luís Caetano de Lima (1736);

c) As formas *ua*, *argua*, *ninhua* e *lua*, coligidas em várias pesquisas dialetais brasileiras, correspondem a um estágio anterior (século VI) das formas atuais (*uma*, *alguma* e *nenhuma*), que só triunfaram definitivamente nos textos do século XVII;

d) A pronúncia sibilante do /s/ é a que existia no século XVI. Em Portugal, o /s/ chiante¹⁷ foi assinalado pela primeira vez por Luís Antônio Verney;

e) Na maior parte dos falares brasileiros, as vogais são nasaladas antes de M, N e NH. Trata-se da conservação de uma pronúncia regional do português dos séculos XVI e XVII que, segundo Gonçalves Viana, se mantém em Beira Alta e no Algarve.

Révah, após analisar estes e outros fenômenos, rechaça a possibilidade de que sejam devidos à influência do tupi ou de línguas africanas, devendo antes ser interpretados como arcaísmos perfeitamente caracterizados. É normal e sobejamente sabido que as línguas transplantadas manifestam tendências conservadoras bastante acentuadas.

Em outro estudo, Révah (1958) comparou as pronúncias atuais de Portugal e do Brasil com a existente no século XVI, reconstituída não só pelas indicações ortográficas de documentos da época mas principalmente pelos vestígios disseminados ainda hoje nos falares brasileiros.

Entre as diferenças apontadas, destacam-se as seguintes:

a) No início do século XIX, o /e/ seguido de consoante palatal passou em Lisboa a valer por um /â/. A antiga pronúncia persiste no Brasil e mesmo em certas regiões portuguesas;

b) Semelhantemente ao item anterior, o ditongo /ey/, que se conserva como tal em todo o Brasil, desde o século passado se transformou em /ây/ para os portugueses;

c) O /e/ pretônico medial ou postônico final que, a partir do século XVI, se tornou mudo em Portugal representa a modificação mais grave de todas porque atinge a própria estrutura das palavras. A manutenção da pronúncia é um vestígio da época de nossa colonização.

17. É provável, pois, que a pronúncia chiante do /s/ no Rio de Janeiro seja conseqüência da vinda de D. João VI para o Brasil (1808) quando, juntamente com a corte, aqui chegaram milhares de portugueses.

Conclusões como essas já valem por uma boa estimativa do papel que as investigações dialetais têm a desempenhar na diacronia linguística do português. E, se é verdade que estamos numa fase incipiente em relação ao levantamento e análise dos nossos falares, é de crer que muitas hipóteses ainda possam ser geradas, inclusive revogando opiniões difundidas e aceitas até o momento.

E, por nos encontrarmos nesse estágio, arriscamos emitir aqui algumas dúvidas surgidas da observação de certas pronúncias rústicas, verificadas em regiões brasileiras.

Vejam, por exemplo, o caso das variantes *bautismo* e *botismo*, assim interpretadas por Mário Marroquim (1945:71):

Batismo, entre o povo, tem ainda a forma quinhentista *bautismo*, conservada pela tradição oral desde o descobrimento. Já hoje o ditongo *au* começa a sofrer a influência da regra geral da transformação fonética, passando a *ó*; ouve-se *bòtismo* ao lado de *bautismo*.

Em primeiro lugar, já vimos que a aplicabilidade de uma dada lei fonética é condicionada por um período de tempo, findo o qual ela pode deixar de ocorrer. Não temos provas de que o ditongo /aw/ ainda esteja evoluindo regularmente para /o/. Além disso, quem nos assegura que a variante *botismo* é pronúncia recente e específica do interior brasileiro? Não seria viável admitir que as duas formas populares tenham sido ambas trazidas por portugueses de regiões distintas?

Outro caso é o de *pantasma*, termo de ampla circulação no nordeste brasileiro, estando registrado nos dicionários populares de Florival Seraine e de Raimundo Girão.

Lemos em Florival Seraine (1958:189):

Pantasma. s. m. — Personagem de aspecto fantasmal que aparece no Bumba-meu-boi. Corrução de *fantasma*, por influência da antiga grafia *phantasma*.

Raimundo Girão (1967:182), por sua vez, dá os seguintes sinônimos para o termo: *fantasma*, *assombração*, *espantalho*, *alma do outro mundo*, *avantesma*.

De qualquer maneira, com o significado que tiver, trata-se de uma forma variante de *fantasma*. Custa-nos, porém, admitir que a presença do /p/ inicial se deva à influência da antiga grafia *phantasma*. Estaríamos mais inclinado a aceitar a ação da analogia (de *espantalho*, *espantar* etc.) porque julgamos pouco provável que um povo analfabeto adultere uma pronúncia por causa de um modelo de escrita. Perguntamos também se a grafia com *ph* não poderia ter representado um

fonema labial aspirado, em transição para /f/ ou para /p/. A ser válida esta hipótese, as pesquisas dialetais estariam apenas confirmando uma alteração fonética havida em época não difícil de precisar. Acresce que o fenômeno não é específico dos falares brasileiros. O termo *pantasma* existe nas classes incultas da República Dominicana e em certas regiões espanholas, sendo observável inclusive nos textos literários de Quevedo e Lope de Vega, conforme testemunho de Pedro Enriquez Ureña (Seraine, 1985:52).

Inúmeros outros casos nos suscitam dúvidas. Mas, desde que acatemos a premissa do conservadorismo das línguas transplantadas, temos que trabalhar os dados dialetais como se eles fossem, e realmente o são, manutenção de formas antigas que sofreram modificações. Se encontramos no falar cearense a palavra *vendelhão*, antes de considerar um fenômeno de hipercorreção, devemos admitir a possibilidade de ter sido esta a forma antecedente de *vendilhão*, até porque deriva normalmente de *vender*. E não é custoso comprovar tal hipótese mediante a ajuda adicional de documentos escritos ainda no século passado.¹⁸ Se, por outro lado, o matuto nordestino costuma dizer *cuma* em vez de *como*, a alteração não deve ser tida por inovação. Antes, representa a forma para cá trazida.¹⁹ E, nessa linha de raciocínio, chegamos mesmo a supor que o /o/ da palavra *amor* haja tido o timbre aberto no português da época pós-renascentista. A não ser desse jeito, não conseguimos explicar a pronúncia da expressão *prumode* (de "por amor de"), bastante viva nas modalidades rústicas do português brasileiro. Talvez, quem sabe, por um intuito de especialização ou diferenciação semântica, ou por necessidade expressiva, a vogal tônica do vocábulo *amor* tenha sido aberta na expressão *por amor de*.²⁰

E o exemplário não terminaria. Paremos, pois, na certeza de que grande parte dos fenômenos diacrônicos do português, nem sequer explorados, aguardam pesquisas dialetais direcionadas principalmente para as áreas de maior conservação.

18. Diga-se a propósito que *vendelhão* aparece em anúncios de negros fugidos e em notícias de caráter local publicadas nos jornais cearenses do século passado, de acordo com a coleta feita por Florival Seraine (1949).

19. Martinz de Aguiar (1937:306) vê em *cuma* um caso de conservação do português antigo (*se eu fosse como a ti*), explicável por meio de um cruzamento com *igual a: como tu + igual a ti = como a ti*. Assim, em *cuma*, a vogal final seria a preposição *a* aglutinada.

20. Uma hipótese talvez mais consistente, por não apresentar esse problema de mudança de timbre da vogal, seria a de relacionar *prumode* com a expressão *por modo de*. Pensamos assim a partir da leitura da seguinte passagem de João de Barros (1540:359): "Apócopa quer dizer cortamento do fim, que é o contrái/ro de estoutra que acreçenta, como quando dizemos fidálgo por filho de álgo, a mó de falar por a módo de fálal (grifo nosso)."

3. Vimos, no decorrer desta exposição, que a investigação dos dialetos e falares funciona como um método de extrema relevância para os estudos diacrônicos, uma vez que permite a reconstrução de estágios anteriores das formas lingüísticas. Por isso, embora seja lícito contrastar as perspectivas sincrônica e diacrônica na descrição dos fenômenos lingüísticos, não há inconveniente em aceitar os dados verificados num momento preciso como base para inferências em relação a estágios anteriores.

Entendemos que os aparentes choques entre quaisquer métodos não impedem um esforço de integração, necessário a uma percepção global da linguagem. Se o método histórico-comparativo dá condições de que formas desaparecidas sejam restauradas pela observância da regularidade das leis fonéticas, só por esse fato ele não deve ser desprezado. As interpretações baseadas na geografia lingüística podem naturalmente corrigir certos equívocos e delinear a verdadeira história de cada palavra, mas em última análise não dispensam um trabalho prévio de comparação.

Em se tratando de evolução fonética, há realmente especulações de toda ordem, variáveis de acordo com a multiplicidade de teorias lingüísticas. A aceitação pacífica de um modelo interpretativo representaria estagnação, o que seria prejudicial no estágio atual de nossos conhecimentos. Há muito que refletir e discutir, antes de se chegar a uma síntese essencializante dos resultados obtidos por caminhos distintos.

Mas, seja como for, os estudos de natureza diacrônica não podem mais prescindir das investigações dialetais que levem em conta os critérios diatônico, diastrático e diafásico. Tais análises, conjugadas ou não aos dados históricos fornecidos por fontes documentais, clarificam questões antes sequer levantadas e ressuscitam a língua em suas fases remotas, modelando o passado com os traços do presente. Em suma, uma compreensão diassistêmica que nos revela a língua em todas as suas manifestações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Martinz de. *Fonética do português do Ceará*. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 51 (51):271 — 307, 1937.
- ALONSO, Amado. *Estudios lingüísticos; temas hispanoamericanos*. 3. ed. Madrid, Gredos. 1967. 315 p.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira; gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo, HUCITEC; Brasília, INL. 1981. 195 p.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. *Atlas lingüístico da Paraíba: cartas léxicas e foné-*

- ticas. Brasília, UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984. v. 1. 182 p.
- BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la península ibérica*. Madrid, Gredos, 1962. 398 p.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viçiosa vergonha. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, 482 p.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970. 114 p.
- . *Princípios de lingüística geral*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Padrão, 1977. 333 p.
- CUNHA, Celso. Conservação e inovação no português do Brasil. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, (5): 199 — 230, 1986.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história; o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, USP, 1979. 238 p.
- DAUZAT, Albert. *Essais de géographie linguistique; noms d'animaux*. Paris, Edouard Champion, 1921. 136 p.
- GILLIERON, Jules & ROQUES, Mário. *Etudes de géographie linguistique; d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris, Librairie Honoré Champion, 1912. 155 p.
- GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário popular cearense*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967. 238 p.
- HART JR., Thomas R. Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation. *Word*. France, 11 (3): 404-15, 1955.
- . *The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation*. Separata das Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa, 1 : 261-72, 1959.
- JABERG, Karl. *Aspects géographiques du langage (avec 19 cartes)*. Paris, Librairie E. Droz, 1936. 108 p.
- . *Geografía lingüística; ensayo de interpretación del "Atlas lingüístico de Francia"*. Trad. de A. Llorente y M. Alvar. Universidad de Granada. 1959. 99 p.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945. 245 p.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1981. 209 p.
- MENDONÇA, Renato. *O português do Brasil (origens, evolução, tendências)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936. 344 p.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 2. ed. Fortaleza, EDUFC, 1987. 220 p.
- REVAH, I. S. L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVIe siècle à nos jours. *Anais do Primeiro Congresso Bra-*

- sileiro de Língua Falada no teatro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional/MEC : 387-402, 1958.
- . *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVIe — XVIIe siècles*. Separata das Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa, 1 : 273-91, 1959.
- RIBEIRO, José et alii. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. /Brasília/, MEC, 1977. 244 p.
- ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos; introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. /Brasília/, INL; Salvador, Universidade da Bahia, 1964. 125 p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1970. 279 p.
- SERAINE, Florival. *Estudos cearenses (Temas de linguagem)*. Ceará, s/Ed, 1942. 150 p.
- . Aspectos históricos da língua nacional no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 63 (63) : 49-74, 1949.
- . *Dicionário de termos populares (registrados no Ceará)*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1958. 276 p.
- . A *Relação do Maranhão* do Padre Luís Figueira e o falar cearense atual. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 84 (84): 21-55, 1970.
- . *Linguagem e cultura; estudos e ensaios*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1985. 221 p.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos. *Sobre a mudança lingüística; uma revisão histórica*. Separata do *Boletim de Filologia*. Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 26 : 83-99, s.d.
- TAGLIAVINI, Carlo. *Le origini delle lingue neolatine*. 2. ed. rielaborata. Bologna, R. Patròn, 1952. 582 p.
- VIDOS, B. E. *Manual de lingüística románica*. Traducción de la edición italiana por Francisco de B. Moll. Madrid, Aguilar, 1973. 416 p.